

Os "fisiológicos" e o governo de camarilhas

Octávio Thyrso de Andrade

tornados inúteis. A história é fértil em exemplos a respeito.

Não se passaram, portanto, mais de 24 horas do pleito eleitoral para vermos, nitidamente, que a intumescência do PMDB espelha opção governista, talvez fugaz, de numerosos atores pérfidos. Houvesse o Cruzado II vindo à luz antes do fatal dia 15 de Novembro e o atual segundo maior partido do Ocidente — a nova Arena — não estaria aí a entupir com suas enxurdiadas os caminhos da indispensável remodelação da política econômica e financeira.

Mas não suponha o leitor que a nossa crítica aos fisiológicos visa enxugar as lágrimas de crocodilo que derramam. Isto é, que consideramos o Cruzado II uma idéia inobjektável, perfeita e acabada. Nada disso. Não estaremos entre os que tentarão convencer o leitor de que os ministros da área econômica podem, realmente, simetrizar e enformar, em sucessivos "pacotes", o vaievém do mar de vontades divergentes do mercado de um país das imensas dimensões do Brasil. O que a nova fase do Plano Cruzado está a demonstrar, no nosso entender, é que, na política e na administração há, atualmente, uma falta enorme de homens capacitados das próprias limitações...

Na comissão de Estudos Constitucionais houve algo de parecido. Ali quase todos estavam perfeitamente habilitados a desempenhar a missão que lhes foi cometida. O grave, porém, é que o trabalho do grupo foi deformado pela militância de uns poucos exacerbados. O professor Miguel Reale, em artigo na *Folha de S. Paulo*, de 18 de novembro, conta-nos como isto ocorreu: "Nada seria, com efeito, tão perigoso como decisões constitucionais nascidas da estratégia de minorias participantes, como, até certo ponto, se deu na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que aprovou assuntos de suma gravidade por maioria simples, calculada com base em apenas 22 membros presentes, muito embora fosse constituída de 51 conselheiros".

Tais atitudes e a mentalidade que permite assumi-las é o que de mais nefasto existe para a reconstrução democrática do Brasil. Assim, a sociedade — por todos os seus órgãos representativos, da universidade à imprensa, associações profissionais, culturais, sindicais, etc. — tem que se mobilizar, desde agora, para arcejar os debates do Congresso Constituinte, a fim de torná-lo compreensivo à opinião pública, órfã de partidos políticos autênticos.

O povo deve ser informado de que o Brasil não pode ser pasto de claque e

grupos. Por exemplo: confiar o tratamento de negócios públicos a técnicos tidos como detentores de competência e eficácia inatingíveis por cidadãos comuns é um grande erro e não menor tolice. Também pode constituir crime contra a democracia, porque errar assim resulta em confiar o poder político, arbitrariamente, a pseudocompetentes que arruinam a sociedade ou liquidarão as liberdades—ou perpetrarão ambas as coisas simultaneamente. Um dos novos filósofos franceses que muito aprecio—Jean Baecheler— diz, a respeito, em seu tratado sobre a democracia: "Os que sabem fazer são tão perigosos quanto os que sabem. Uns e outros timbram em ignorar que a ação é um domínio específico da realidade humana, tal como também o são o conhecimento e a criação. Confundir os três domínios conduz, em política, à subversão da democracia e ao confisco do poder por indivíduos que crêm saber e saber-fazer, isto é, por imprudentes pervertidos" (J. Baecheler *Democracia*, pág. 243).

No tempo dos governos militares vimos o sr. presidente Geisel portar-se, por exemplo, como se a prosperidade geral da Nação devesse resultar, inevitavelmente, de um agregado de bens e serviços expressos em termos monetários relacionados com a população. O bravo gaúcho supunha, sinceramente, que quanto maior fosse o PNB mais felizes seriam os brasileiros. Ledo engano! As coisas não são tão simples assim. A felicidade democrática não emergiu, como não poderia emergir, das pranchetas de meia dúzia de presunçosos.

As elites são indispensáveis, bem o sabemos. Mas não podem isolar-se, têm que atuar sobre as massas para criar obra duradoura. A maneira de o fazer é através de partidos autênticos. O nosso velho e querido Ortega Y Gasset ensina com grande lucidez: "Uma nação é uma massa organizada, estruturada por uma minoria de indivíduos ímpares. Seja qual for o nosso credo político, somos obrigados a reconhecer esta verdade, a qual se refere a uma camada de realidade histórica muito mais profunda do que aquela onde se agitam os problemas políticos. A forma jurídica que adote uma sociedade nacional poderá ser tão democrática ou comunista quanto se possa imaginar. Não obstante, sua constituição viva, transjurídica, consistirá sempre na ação dinâmica de uma minoria sobre a massa. Trata-se de uma iniludível lei natural, que representa na biologia das sociedades um papel semelhante ao da lei das densidades em física" (José Ortega Y Gasset. *Espana Invertebrada*. Obras completas. Vol. 3, pág. 93)

Nesta altura dos acontecimentos não conseguimos discernir, ainda, os "homens ímpares" que conduzirão a massa dos eleitos à boa elaboração da Constituição que tanto nos é necessária. O destino nos reservará a surpresa de vê-los emergir de entre os Quêrcia, os Newton Cardoso, os Cafeteira e outros que tais? Nesta hipótese, meu Deus, o que será de nós?

Octávio Thyrso de Andrade
é jornalista